

A REVOLUÇÃO GERENCIADA: EDUCAÇÃO NO BRASIL, 1995-2002*

Jerônimo Lima**

Ministro da Educação durante os oito anos nos dois mandatos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o economista Paulo Renato de Souza relata em “*A Revolução Gerenciada: Educação no Brasil, 1995-2002*”, sua visão da estratégia adotada e os resultados sobre a evolução da Educação no Brasil, nesse período.

Para entender melhor o objetivo das ações do Governo FHC, no que diz respeito à Educação, é preciso analisar mais detalhadamente a estrutura do sistema educacional brasileiro, que engloba 60 milhões de alunos distribuídos da educação infantil à pós-graduação. Esse sistema é altamente regulamentado por meio de dispositivos da Constituição Federal e das constituições estaduais, bem como por leis e decretos nacionais estaduais. Porém, o fato de a regulamentação ser detalhada não significa que ela seja cumprida. Muitas vezes, quanto maior o detalhamento do marco regulatório, maiores e mais sofisticados serão os mecanismos utilizados para a sua burla.

Trata-se, além disto, de um sistema extremamente descentralizado em suas atribuições e em seus recursos. Os estados e municípios exercem um papel protagonista em relação a determinados níveis de ensino, sendo responsáveis não apenas pela gestão das escolas, como também pelo financiamento dos sistemas e, mesmo, pela definição curricular e pela orientação pedagógica. Em alguns níveis, há clara superposição de responsabilidades, o que ocasiona situações de vazio do poder público, como ocorreu em relação ao ensino fundamental entre estados e municípios ou ao ensino superior entre a União e os Estados.

A combinação de um país de dimensões continentais, com alto nível de desigualdade social e regional e um sistema altamente descentralizado, oferece obstáculos de proporções gigantescas para a formulação e a implan-

* SOUZA, Paulo Renato. *A revolução gerenciada: Educação no Brasil, 1995-2002*. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

** Mestre em Administração pela PUCRS. E-mail: jeronimo@mettodo.com.br.

ANÁLISE	Porto Alegre	v. 17	n. 2	p. 384-387	jul./dez. 2006
----------------	--------------	-------	------	------------	----------------

tação de políticas nacionais que tenham por objetivo expandir e melhorar o conjunto do sistema. Como agravante, é extremamente variado o nível de compreensão e consciência dos gestores públicos sobre a relevância da educação como política pública prioritária, o que torna bastante difícil buscar um consenso sobre quais orientações seguir e quais ações implementar. Para culminar, os conceitos de ética pública, transparência e eficácia no uso dos recursos públicos também oferecem os mesmos graus de disparidades que as diferenças econômicas e sociais do país.

Neste cenário, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, conduzido pelo Ministro Paulo Renato de Souza, promoveu uma reforma educacional que alcançou resultados qualitativos e quantitativos importantes com rapidez e abrangência.

Alinhado às finalidades globais da educação na sociedade do conhecimento, quais sejam desenvolver na criança e no jovem a vontade de saber, o raciocínio e o pensamento criativo para viver em uma sociedade local relativamente estável; transmitir o conhecimento acumulado de forma organizada; e socializar a criança e o jovem no convívio diário com grupos homogêneos segundo o gênero e a condição social; o sistema educacional foi ainda fortemente impactado por quatro fatores emergentes da sociedade do conhecimento. Em primeiro lugar, a velocidade e o caráter universal de acesso à informação; em segundo, a constante mutação dos padrões de consumo, cada vez mais sofisticados e segundo modelos universais; em terceiro lugar, o impacto dos temas políticos globais sobre a vida diária dos cidadãos; finalmente, a emergência da questão ambiental.

Para superar estes desafios, a humanidade precisa permear o novo sistema mundial de valores mais humanos, conseguindo a integração virtuosa dos países emergentes aos benefícios da globalização, de um lado, e radicalizar a democracia como modo de convivência política, de outro. Isto redefine o papel da educação universal e pública em nossa sociedade. O sistema educacional precisa se organizar para oferecer educação permanente, desenvolvendo em todos a capacidade de aprender e criar oportunidades para aprender permanentemente. Este cenário torna obsoleto o sistema educacional existente, e uma reforma educacional passou a ser tema de agenda da grande maioria dos países desenvolvidos, estimulando iniciativas internacionais de avaliação dos sistemas de ensino.

A escola básica precisou modificar-se em relação à primeira metade do século XX para atender às novas demandas da sociedade, ampliando significativamente seus objetivos e responsabilidades: preparar as crianças e os jovens para esse novo mundo; desenvolver nas crianças e nos jovens a capacidade de aprender, raciocinar e criticar; socializar as crianças e os jovens num ambiente heterogêneo em termos de gênero e diversificado socialmente; usar o conhecimento acumulado como um meio de aprender, pensar e compreender o mundo, despertando nas crianças e nos jovens as preocupações com o novo mundo global, em especial no que diz respeito ao meio

ambiente, violência e guerras; e moldar o caráter das crianças segundo valores éticos, morais e, eventualmente religiosos, para formar cidadãos sobre temas como respeito aos outros, pluralidade cultural, social e étnica, visão e vivência em um mundo global, saúde, sexualidade e consumo saudável e responsável. Também, o ensino médio foi afetado com a necessidade de interdisciplinaridade e flexibilidade na estrutura curricular dos cursos, permitindo ao estudante mudar de carreira ou aprender novas técnicas dentro da mesma profissão.

Finalmente, o ensino superior carece da necessidade de formar profissionais aptos a atender à dinâmica do mercado; formando os quadros docentes para as demais instituições, desenvolvendo pesquisas e gerando o conhecimento que deve fluir por todas as instituições do sistema.

Em 1995, quando assumiu o Ministério da Educação, o Ministro Paulo Renato de Souza, encontrou, em sua opinião, um sistema educacional brasileiro exatamente ao contrário do que a sociedade do conhecimento demanda: o Brasil possuía apenas 88% das crianças entre 7 e 14 anos freqüentando a escola; a média nacional do analfabetismo da população maior de 15 anos encontrava-se em torno de 16%; mais de 30% dos alunos repetiam o ano no ensino fundamental e mais de 5% se evadiam da escola; a qualificação dos professores era deficiente; os gastos públicos com a educação eram inferiores a 5% do PIB, quando não eram desviados para outras finalidades. A respeito das raízes históricas do atraso educacional brasileiro, acentuado a partir da década de 1960, era preciso dar rumo à mudança.

As primeiras iniciativas do Governo FHC puseram em prática as promessas de campanha: promover a reforma do MEC, de modo a reduzir suas responsabilidades como instância executora, concentrando sua função na coordenação e articulação com os Estados e destes com os Municípios; a formulação de um planejamento estratégico com objetivos e metas para garantir o papel integrador e equalizador das diferentes instâncias; a atuação junto ao Congresso Nacional para revisão da legislação educacional de modo a prever mecanismos flexíveis de cooperação entre a União, Estados e Municípios; estimular a participação da comunidade no esforço educacional; e a revisão dos padrões de financiamento, gastos e transferências dos recursos do setor educacional para aumentar a autonomia dos Estados e Municípios.

Após ter alcançado sucesso na articulação política, o Ministro Paulo Renato de Souza e sua equipe do MEC priorizaram ações que conduziram às mudanças necessárias na educação brasileira, mediante a criação, implementação e desenvolvimento das seguintes iniciativas e procedimentos:

- a) a implementação do FUNDEF – *Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério*, considerada a principal iniciativa do governo, visando garantir a equidade no acesso à escola;

- b) o *Provão*, exame aplicado aos alunos concluintes da universidade para avaliar a qualidade do ensino das instituições de ensino superior;
- c) o *Programa Bolsa Escola*, visando complementar a renda das famílias carentes e assegurar a permanência das crianças na escola e a diminuição do trabalho infantil;
- d) os *Censos da Educação* (Escolar, do Ensino Superior, do Professor, da Educação Profissional, da Educação Indígena e da Educação Infantil), realizados pelo revitalizado INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, com o objetivo de criar um amplo sistema de informações sobre nosso sistema educacional;
- e) o *ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio*, para análise do perfil dos estudantes egressos do ensino médio, permitindo uma avaliação dos alunos, ao término da escolaridade básica, segundo uma estrutura de competências associadas aos conteúdos disciplinares necessários à vida moderna e às necessidades do ensino superior;
- f) a participação do Brasil nas avaliações internacionais, visando a uma ação integrada para o desenvolvimento de sistemas de avaliação e estudo de indicadores educacionais comuns aos países emergentes; e
- g) o estabelecimento de novos parâmetros curriculares corroborados na *LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que passaram a enfatizar a formação e a capacitação dos professores, inclusive pelo inédito programa TV Escola e pela informatização das escolas na educação básica.

Enfim, o ex-Ministro da Educação Paulo Renato Souza mostra em detalhes os caminhos que levaram a uma verdadeira revolução em todos os níveis na área educacional brasileira em sua gestão no ministério, entre 1995 e 2002. De maneira informativa, destrói mitos ao esmiuçar projetos que geraram repercussão e polêmica, como o *Provão*, e traz à tona medidas que passaram praticamente despercebidas, mas que foram fundamentais para o êxito do processo de mudança do sistema educacional brasileiro, como o diálogo estabelecido entre o governo e a sociedade baseado no tripé informação, avaliação e comunicação. Além disso, relata algumas situações de bastidores que envolveram as principais medidas adotadas. O livro, que conta com prefácio do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, é indicado não só para profissionais da área educacional, mas para os gestores públicos em geral e para todos aqueles que acreditam na educação como instrumento de mudança.